



São Luís grita FORA BOLSONARO

Milhares de jovens, mulheres e homens de todos os segmentos sociais ocuparam as ruas de São Luís no último sábado, 24 de julho para protestar contra o governo Bolsonaro e os reflexos de sua necropolítica nos setores da saúde, educação, empregos e a alta preocupante dos preços.



Os manifestantes fizeram a concentração na praça Deodoro e seguiram em passeata até a Praia Grande. Durante todo o percurso representantes dos movimentos sociais, estudantil e sindical fizeram uso do microfone para denunciar o caos instalado no Brasil por conta de um governo incapaz, corrupto e que não respeita a democracia e o povo brasileiro.

Os servidores públicos também estiveram presentes em grande número acompanhados dos diretores do Sindsep/MA para protestar contra o desmonte do setor público e a PEC 32 (reforma administrativa) que se aprovada irá acabar de vez com os serviços públicos.

“Toda a população precisa entrar nessa luta contra a reforma administrativa ou correremos o risco de colapso nos hospitais públicos e demais serviços essenciais, o que atingirá principalmente a camada mais carente da sociedade”, disse Raimundo Pereira, presidente do Sindsep/MA



Em todo o país a tônica foi a mesma e em mais de 300 cidades milhões de brasileiros ocuparam as ruas e praças com o lema

“vacina no braço e comida no prato” para exigir vacinas para todos, auxílio emergencial de 600 reais, fim da reforma administrativa e o impeachment de



Bolsonaro.

Para o presidente da CUT Maranhão, Manoel Lages, o Brasil está passando por um momento muito grave e a saída para esse cenário passa necessariamente pela destituição do presidente Bolsonaro.

“Todos os dias algum membro do governo ou o próprio Bolsonaro são denunciados por atos de corrupção ou atentados à Democracia e o país não aguenta mais tanto descaso com o povo e com as instituições brasileiras. FORA BOLSONARO JÁ”, disse Manoel Lages.

Quatro anos de 'reforma' trabalhista: perda de rumo do crescimento e exclusão social

Aprovada há quatro anos, a Lei 13.467, de "reforma" da legislação trabalhista e sindical, tramitou sob sucessivas promessas governistas de criação de postos de trabalho e segurança jurídica. Os empregos não vieram até hoje, e a lei continua sofrendo questionamentos, inclusive jurídicos. "As promessas da reforma eram falsas", afirma a desembargadora aposentada Magda Barros Biavachi. "Não é se flexibilizando, retirando direitos, isso todas as pesquisas mostram, que se dinamiza a economia", acrescenta.

Para o professor Marcio Pochmann, há pelo menos cinco anos o país "perdeu o rumo do ponto de vista da perspectiva de voltar a crescer". São quatro fases de recessão desde os anos 1990. "Iniciamos 2021 com a economia 7% menor do que era em 2014", comenta. E a "reforma" trabalhista, termo que ele considera inadequado, configurou o "maior ataque" em décadas contra os trabalhadores, atingindo também o movimento sindical.

"Deformação" do sistema

Magda e Pochmann participaram, na semana que passou, de curso sobre os efeitos da reforma implementada em 2017. O evento, que vai até a próxima quinta-feira (29), é organizado por entidades ligadas à Justiça do Trabalho na 2ª e na 15ª Região,

em São Paulo (Aojustra, Sindiquinze e Ejud2).

Para o professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), as mudanças implementadas ainda no governo Temer, em 2017, não foram uma reformulação, mas "uma deformação do sistema corporativo de relações do trabalho". E enfraqueceram as próprias condições, políticas e materiais, que haviam viabilizado a CLT. Mudanças, assinala o economista, que refletem algo que já vem acontecendo no Brasil há pelo menos três décadas, com a inserção do país na chamada globalização.

Entrada passiva na globalização

"A partir de 1990, o Brasil se inseriu de forma passiva e subordinada a esse movimento a que muitos países se integraram, conduzido por grandes corporações transnacionais, reduzindo a capacidade de decisão do país", diz Pochmann. Nesse período, foi se desindustrializando. "Não só esvaziamento da manufatura na atividade econômica, mas sobretudo seus efeitos sistêmicos sobre a sociedade, movimento que leva à ruína da antiga sociedade urbana e industrial."

Assim, emenda o professor, ocorreu uma "desconstrução" de classes sociais: tanto a burguesia industrial como a classe operária

industrial. "Em 1980, por exemplo, o Brasil tinha a sexta maior indústria do mundo. Em 2020, a indústria brasileira está na 16ª posição do mundo." Isso também levou ao enfraquecimento do que ele chama de "eixo estruturador do novo sindicalismo brasileiro, que era basicamente a classe operária industrial".

Empresário virou rentista

Nessa "metamorfose", empresas foram vendidas ou fechadas, e o sistema financeiro passou a prevalecer. "O empresário industrial se tornou um sócio dos juros, um rentista." Assim, em muitos casos o Brasil passou, em vez de produção própria, a ter centros de montagem de produtos importados.

Ele observa ainda que o Brasil sempre teve uma massa de trabalhadores fora da formalidade do registro. "Os sindicatos, na verdade, representavam uma parcela importantíssima, mas havia uma classe trabalhadora inorgânica. Autônomos, por conta própria, desempregados, sem registro." Esse processo de desassalariamento chegou a ter certa interrupção na segunda metade dos anos 2000, quando se dizia que não havia mais espaço para isso, mas o emprego com carteira cresceu.

Mais informações no site da cut - www.cut.org.br.